



## **A Comunicação Sob o Signo da Compreensão: o Protesto do Ensaio Contra a Chatice e a Arrogância do Discurso Científico Dominante<sup>1</sup>**

**Dimas A. Kunsch<sup>2</sup>**

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

**Renata Carraro<sup>3</sup>**

Faculdades Integradas Rio Branco, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Frieza, desencanto e pobreza de vigor, não raro associados a doses nada homeopáticas de arrogância e de dogmatismo, dominam nos nobres espaços onde se debatem contornos, desafios e promessas do campo da comunicação como ciência, resultando o mais das vezes em discursos tristes, não dialógicos, quando não incompreensíveis, legitimados pela ávida chancela de idéias tão grandiloquentes e úteis quanto abstratas e distantes do mundo real, como as de verdade, identidade, certeza e rigor. O texto a seguir tem como moldura teórica o que os autores chamam de Signo da Compreensão. O distanciamento assumido frente ao modelo universalista avassalador de ciência, que é fortemente erigido sob o império da verdade e da certeza, abre caminho, aqui, para a defesa do ensaio como gênero textual que deriva sua força de uma atitude cognitiva apropriada às ideias de esforço e de busca coletiva, diálogo e encantamento nos domínios sempre em movimento, e desafiadores, da construção de conhecimento, de interpretação e de compreensão do mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; Teorias da comunicação; Epistemologia da comunicação; Compreensão; Ensaio.

*À medida que ele [o ensaio] reflete como que sem violentar o objeto, ele se queixa, silenciosamente, de que a verdade atraçou a felicidade, e, com isso, também a si mesma; e esse lamento suscita a ira contra o ensaio.*

Adorno  
“O ensaio como forma”

### **1. Muito rigor e pouco vigor, ou do texto triste e desencantado**

A experiência se revela com assustadora frequência desanimadora, para se dizer o mínimo. O estudante, e isso para falarmos apenas dele, reage em geral com desdém à introdução de artigos, teses e dissertações na bibliografia dos cursos que frequenta. O

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GP Teorias da Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. E-mail: [dimas.kunsch@gmail.com](mailto:dimas.kunsch@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação pela Umesp. E-mail: [recarraro69@gmail.com](mailto:recarraro69@gmail.com).



que ordinariamente há de mais atual e instigante nos debates teóricos e epistemológicos de uma área de conhecimento, ou seja, aquilo que é tido como a nata da produção científica, quando oferecido ao estudo, assusta, acaba por provocar estranhamentos de diferentes ordens e em diferentes graus, recebe comentários desabonadores. Textos chatos, em suma.

“Odeio texto acadêmico”, ouve-se. “Não entendo nada.” “Não é possível dizer isso de outro modo?”, perguntam-se alunos da graduação à pós-graduação, com louváveis exceções, tanto de um lado – o dos textos científicos – quanto de outro – o dos estudantes. A vivência acadêmica comprova, entretanto, que algo de comprometedor acontece no universo da produção e troca de sentidos científicos, ocupando um amplo terreno nessa seara e levantando preocupação.

O problema se acentua, podendo assumir contornos de fato angustiantes, no campo da Comunicação. Como conceber uma comunicação que não se comunica? Não é incomum acontecer que jovens ingressantes nos cursos de *stricto sensu*, com experiência de anos na produção de textos – pensamos, por exemplo, em profissionais jornalistas –, se vejam mais desafiados pela torturante missão de “aprender a escrever de forma acadêmica” que pela pesquisa em sua área. Um verdadeiro *horror vacui*.

Porventura, seria o caso de admitir que os discursos e as benesses da erudição, real ou imaginada, são reservados à compreensão e ao deleite de poucos? Tudo se reduziria, portanto, à mera questão de disciplina e empenho intelectual, tendo em conta que todo campo científico possui suas regras do jogo? Num mundo, como este nosso, de tanta pressa e de tanta velocidade tecnológica, a indolência racional teria se convertido num verdadeiro pecado capital, com danos irreparáveis para a produção de conhecimento?

Pode ser. Como pode ser sedutora, em semelhante medida, a tentação de se jogar o lixo de nossos vícios intelectuais, de nossas incompetências e fragilidades e de nossa incompreensão por debaixo do tapete.

“O artigo, a tese e o relatório de pesquisa são textos, por sua própria natureza, chatos”, adverte Gomes, que, em princípio, parece não ver nenhum problema nisso. Aliás, a mais absoluta naturalização da chatice vem acompanhada, nas linhas seguintes, pela sua correspondente legitimação teórica, lá onde o autor volta a repetir a exigência de uma “lógica rigorosa” e no fato da existência de “cadeias” de pensamento “difíceis de acompanhar” (2003:324).

Se esta fosse a única resposta para o desconforto, nada mais haveria a objetar.



Ocorre que o conjunto de princípios e valores cognitivos, históricos e culturais em que esse modo muito particular e amplamente reconhecido de pensar se apoia, para legitimar a chatice dos discursos científicos, possui seus textos e seus contextos. Há um modelo de ciência e de representação do conhecimento sendo dito, nas linhas e entrelinhas dessa postura cognitiva, e é por isso que se torna difícil separar a chatice de que se vem tratando da ilusão sacramentada de que a ciência é a única forma possível, confiável e objetivamente garantida de conhecimento. Não por acaso, nas dezessete páginas de “O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação”, por dez vezes Gomes levanta a bandeira do “rigor”.

Linda bandeira! Quem ousaria questionar seu estatuto epistemológico? O rigor, nesse modelo de ciência, assume uma curiosa semelhança com certas receitas caseiras excelentes contra todas as doenças possíveis e imagináveis, algo assim como uma espada da justiça a ser brandida contra qualquer espécie de inimigo. Inclusive os inimigos que a fantasia humana molda à imagem e semelhança da necessidade de acobertar os limites a que estamos todos sujeitos.

Hasteada ao lado de outras tantas bandeiras olimpianamente famosas – como as de verdade, certeza, clareza conceitual, solidez argumentativa, provas, razão e lógica –, a bandeira iluminada do primado do rigor, que nesse contexto se reivindica à exaustão, quase *ad nauseam*, fornece, por caminhos teóricos diversos, a justa medida do modelo de ciência em que seus proponentes mais convictos acreditam e por meio do qual operam. Por sinal, o verbo acreditar não é usado, neste mesmo contexto, sem uma boa dose de ironia. E até de malícia.

Parece acreditar-se que assim seja, no campo da teoria, dos princípios e valores científicos, porque assim realmente o é, numa reprodução canhestra da assertiva spinoziana de que “a ordem das coisas seria a mesma que a das ideias”, como lembra Adorno (1986:174), ao tocar o dedo na ferida do antigo e muito bem assentado vício racionalista da universalização e eternização dos conceitos – “a ordem sem lacunas dos conceitos” –, como bons discípulos que muitos de nós somos de Platão, Agostinho, Descartes e outros: “O engodo de que a *ordo idearum* [ordem das idéias] seria a *ordo rerum* [ordem das coisas] funda-se na suposição de que algo mediado seja não-mediado” (ADORNO, 1986, p. 174).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Ver, sobre este assunto, com um pouco mais de espaço para a exposição dessas idéias, o texto apresentado por Künsch ao GT Epistemologia da Comunicação, da Compós, em seu XIX Encontro



Hasteadas todas essas bandeiras a balançar ao vento impetuoso do Iluminismo, é assim que, assumidos em sua chatice, os modos de expressão das teorias, inquietações, hipóteses e descobertas científicas ganham o selo glamouroso da ontologia. Esta vem, ainda por cima, acompanhada da percepção de que há rituais consagrados pela comunidade científica – e os aprendizes de feiticeiro que se apressam, portanto, a iniciar-se em seus segredos.

Não se imagine que a intenção, neste texto, seja a de desqualificar o rigor, os conceitos, a razão e a lógica. Não é – ainda que rigor, conceitos, razão e lógica pretendam ser aqui entendidos e apresentados mais em sua fertilidade, promessas, e também sombras, que na sisudez e na fantasia geradas pela absolutização dos mesmos carrega consigo. Tampouco se quer renegar o lugar e a importância dos rituais, nem o direito que cabe à comunidade científica de propor o que em cada época da história descobre ou imagina como as mediações mais importantes e aptas a dar conta de suas tarefas.

Também, muito menos, é o caso de arguir que a solução para a doença do rigor elevado à condição de chatice se resume a exigir a pura simplificação ou facilitação das linguagens e dos conteúdos em que o esforço e o suor científicos se propõem à comunidade dos mortais. Deixemos tamanho *non-sense* à ingênua crença de uma certa compreensão de jornalismo científico, de viés difusionista, e de um didatismo igualmente tão seguro de suas proposições quanto inconsciente de sua arrogância e elitismo frente a parcelas muito grandes da população, tidas como ignorantes e incapazes.

Antes, a questão pode ser formulada, até onde o engenho permite, do seguinte modo: haveria de fato um estatuto epistemológico ou, mais ainda, ontológico, para a chatice dos discursos científicos elevados ao orgulhoso patamar da seriedade, do rigor e da certeza? Que possibilidades podem ser abertas e livremente trazidas para a discussão – vamos dizê-lo assim, com a consciência da liberdade e também dos limites de que todo ensaio se reveste – de linguagens outras, diferentes, com o auxílio das quais, sem abdicar da idéia de rigor nem rejeitar o artigo, a dissertação e o relatório científicos, se possa pensar a ciência e suas formas expressivas também no que estas podem assumir e revelar de vigor, de capital comunicativo, de encanto e de sedução? Ou, para dizê-lo de

---

Anual, na PUC do Rio de Janeiro, de 8 a 11 de junho de 2010, “Do conceito de um Deus perfeito e único a teorias que não dialogam” (Künsch, 2010a).



um outro modo, de capacidade de conversar com aquilo que Santos (1989, p. 35) chama de “discursos normais que circulam na sociedade”?

Santos critica fortemente o modelo dominante de ciência – que se pretende como única maneira válida e reconhecida de conhecimento verdadeiro – com seu discurso “que se pretende rigoroso, antiliterário, sem imagens nem metáforas, ou outras figuras de linguagem”. O risco, aponta, é de que esse discurso se torne “desencantado, triste e sem imaginação”, que não fale mais a linguagem que comunica, atrai, convence, compromete (SANTOS, 1989, p. 35).

“Na alergia contra as formas tomadas como meramente acidentais”, escreve Adorno (1986:169), “o espírito científico aproxima-se do espírito teimosamente dogmático”. O autor, em “O ensaio como forma” – já citado e que voltará mais adiante a ser objeto de nossas mais caras preocupações –, investe pesado contra o que considera falsa profundidade, purismo científico ou, pior, a pretensão delirante de se equiparar “conhecimento à ciência organizada” (IDEM, p. 167). “Níveis mais elevados de abstração”, ele diz, “não outorgam ao pensamento nem uma dignidade maior nem um conteúdo metafísico; antes, este se volatiliza com o avanço do processo de abstração”, argumentando que “o ensaio se propõe precisamente a corrigir algo dessa perda” (IDEM, p. 175).

Restrepo (2001, p. 17) também participa desse mesmo entendimento ao falar da ilusão de que o rigor científico tenha algo a ver com “o empobrecimento discursivo e literário” em que este ordinariamente se reproduz e se apresenta. Em sua visão, todo discurso pode “se encher de ternura, sendo possível acariciar com a palavra”. A solidez argumentativa que o modelo dominante de ciência propõe e exige não está condenada a sofrer qualquer tipo de dano pelo simples fato de “se fazer acompanhar pela vitalidade emotiva” (IDEM, p. 17).

## **2. Do resgate da dignidade do ensaio, ou das virtualidades da linguagem<sup>5</sup>**

Transitando com liberdade, e certa irreverência, pelas estradas de sua sociologia compreensiva, Maffesoli (2007) considera maduro este nosso tempo para o resgate daquilo que chama “a dignidade do ensaio”, num ambiente intelectual onde, vencida a

---

<sup>5</sup> Os autores prestam neste contexto uma justa homenagem a Rodrigo Volponi, aluno de Jornalismo das Faculdades Integradas Rio Branco, em São Paulo, que, em seu TCC, que foi orientado pela autora deste trabalho e para cuja banca o autor deste mesmo trabalho foi convidado. Volponi transformou a angústia em ousadia ao investigar as virtualidades do ensaio em monografia intitulada “Ensaio-reportagem como gênero do jornalismo literário”.



velha tentação positivista de identificar o humano e o social com a natureza, a vida não costuma fazer outra coisa mais digna de nota que revelar-se como uma sucessão de ensaios. O ponto de vista maffesoliano faz lembrar o que Clarice Lispector também imagina necessário ser dito, poeticamente: que “existir não é lógico”. A poesia, em ambientes cognitivos plurais em que a liberdade de movimentos permite abraçar a filosofia, se faz parceira da convicção do filósofo, Tomás de Aquino, de que “a vida ultrapassa o conceito”.

“Bem além do conceito fechado, totalitário, irrefreável, refulgem a noção, a metáfora, a analogia e a correspondência, sempre aptas a captar todos os matizes de uma realidade complexa”, assume Maffesoli (2007, p. 17). O autor possivelmente exagere ao atribuir tão imenso vigor expressivo à metáfora, à analogia e à correspondência, que seriam capazes, segundo ele, de “captar todos os matizes de uma realidade complexa”. Não convém, a um pensamento que se pretende compreensivo – no sentido original que o termo latino *comprehendere* tão bem evoca, que é o de juntar, integrar, conjugar ou abraçar, em harmonia com as idéias de polifonia e de polissemia do pensamento – trabalhar com exclusões.

Justa, a crítica feroz à “violência do conceito”, naquilo que a absolutização do conceito tende a transformá-lo em camisa-de-força a distribuir pontos finais em proposições que bem poderiam ser deixadas abertas à deliberação, ao debate, ao ensaio, não mais se faz inteligente a partir do momento em que passa a desqualificar completamente o conceito, atirando-o na lata de lixo, sem reconhecê-lo em seu valor e, como se dizia antes também da razão e das noções de rigor, verdade e certeza, suas virtualidades como mediações na difícil tarefa de ler, interpretar e compreender o mundo.

É conveniente ressaltar, no entanto, que a séria advertência contra o totalitarismo do conceito e contra o furor explicativo com que costuma se apresentar o discurso científico dominante, possui lastro e sedimento no universo da crítica ao mais nobre modelo de ciência. Sodré (2006), como exemplo, não mede palavras ao se referir à “ditadura do conceito” ou “da lógica da razão enquanto domínio universal”. Revela-se tão veemente na crítica quanto na ideia de propor uma “outra posição interpretativa para o campo da comunicação”, capaz de “abarcas a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto” (IDEM, p. 13). Essa outra posição interpretativa, expõe



o autor, deverá apresentar-se como “mais compreensiva, menos intelectual-racionalista, capaz de apreender os fenômenos fora da medida universal” (IDEM, p. 14).

Para além da linguagem dos postulados e dos axiomas, é possível pensar e propor uma “outra lógica”, que dê conta dos “processos de elaboração da linguagem que se prestam à construção do conhecimento fora dos limites restritivos do rigor da lógica como consagrada pela retórica clássica”, entende Machado (2008, p. 2). Segundo ela, “é chegada a hora de qualificar a potencialidade retórica de linguagens perspectivadas pelas diferentes classes de signos dos sistemas de nossa cultura” (IDEM, p. 2). O “paradigma do rigor”, creditado pela autora às ciências duras, com seu ideal de linguagem precisa, “da lógica sustentada por procedimentos retóricos elaborados sob forma de postulados, conceitos, axiomas, proposições demonstrativas e conclusivas”, não deve exterminar com a noção de vigor vinculada ao ato interpretativo, “que sempre orientou a apresentação das formulações em ciências humanas” (IDEM, p. 3).

Machado assume o ponto de vista da compreensão, quando afirma que “não se trata de eliminar nem substituir procedimentos, mas de configurar a dimensão dialógica sem a qual nenhuma linguagem tem sentido” (IDEM, p. 8). Traz para o debate, nesse contexto, o tema da nobreza e dignidade do ensaio. Fala sobre o valor da metáfora, os jogos de sentido, o efêmero e a mudança nos processos interpretativos. O ensaio constitui-se num espaço de “elaboração de hipóteses, mapeamento de possibilidades interpretativas, de explorações cognitivas, de percepções e experimentações das ideias que interessam”. E conclui: “O fato de não ser lugar de demonstração de uma rota já descoberta não tira a cientificidade nem o rigor de sua linguagem” (IDEM, p. 19).

### **3. Do desprezo à consideração, ou da defesa do ensaio como “despropósito”**

Desacreditado pela corporação acadêmica, na Alemanha de Adorno como alhures, ontem como hoje, e até mesmo odiado por uma tradição de pensamento científico que “só tolera como filosofia aquilo que se reveste com a dignidade do universal, do permanente”, o ensaio como forma “provoca uma atitude defensiva porque evoca liberdade de espírito” (ADORNO, 1986, p. 168).<sup>6</sup> “O álaire e o lúdico são-lhe essenciais”. Não lhe convém a falsa segurança que promete advir do conceito. Avesso

---

<sup>6</sup> Passamos, neste item, a citar livremente o texto de Adorno, com ou sem aspas, isentando-nos da responsabilidade de referir a cada vez a página exata da edição de que nos utilizamos. O leitor pode recorrer ao próprio texto, se considerar útil ou necessário, para confirmar o êxito na reprodução, ainda que parcial no espaço que nos é permitido, do pensamento do autor.



ao domínio férreo e irritante do universal e do permanente, o ensaio começa “com aquilo de que quer falar; diz o que lhe ocorre, termina onde ele mesmo acha que acabou e não onde nada mais resta a dizer; assim, ele se insere entre os despropósitos”. Cultiva “a espontaneidade da fantasia subjetiva que se condena em nome da disciplina objetiva”. O fato inquestionável de que pode haver maus ensaios – como, de resto podem existir maus artigos e teses – não justifica o rancor de que é vítima. O ensaio, na visão de Adorno, não compactua com “os ideais de pureza e limpeza, que são comuns a uma filosofia voltada para valores eternos, para uma ciência organizada de cima até embaixo, sem lacunas, coerente e inatingível”.

Ao propor o valor do ensaio como expressão escrita e falada do labor científico e de seus resultados, um gênero de linguagem apto a dar conta de um pensamento que não avança unilateralmente, e, sim, na forma de momentos “que se entretecem como num tapete”, cuja fecundidade depende “da densidade dessa tessitura”,<sup>7</sup> Adorno realiza simultaneamente, como fica claro, e com notável intensidade, a crítica, antes referida, ao modelo de pensamento científico dominante. É nesse ponto, como também se observou, que se faz difícil separar, na prática, os discursos ordinários, por meio dos quais a ciência apresenta suas buscas de entendimento e explicação do mundo, de outra classe de discursos, com cujo auxílio essa mesma ciência, tácita ou abertamente, se proclama, orgulhosa e arrogantemente, como forma única de conhecimento válido, contra todo o resto.

E o resto, segundo essa classe de discursos, bem ao gosto do espírito iluminista que afaga essa autocompreensão científica, tende a ser interpretado como sinônimo de ignorância, superstição e erro, atingindo, no limite, um comportamento violento e guerreiro contra o diferente, a outra cultura, o não-mesmo. Adorno não deixa de ver nisso, dando razão a Maffesoli e a Sodré onde ambos propõem o fim da “ditadura do conceito”, “os traços de uma ordem repressiva”. Sem contar que, para ele, “a ilusão desse mundo simples, fundamentalmente lógico” coaduna-se muito bem “à defesa daquilo que simplesmente já está aí”. “Passa-se a exigir do espírito um certificado de competência administrativa, para que ele, ao ater-se às linhas limítrofes culturalmente delineadas e sacramentadas, não vá além da própria cultura oficial.”

---

<sup>7</sup> A expressão lembra Morin e a defesa que faz esse autor do pensamento da complexidade, no sentido de um pensamento que “tece e entretece”, lembrando o sentido original latino do termo *complexus*. Um pensamento que cultiva o diálogo e o respeito aos múltiplos modos de que a humanidade se serve para dar conta dos desafios que a ciência e o conhecimento em geral levantam. Um pensamento que inclui, e não que exclui. Uma atitude de espírito parceira próxima do pensamento da compreensão, cujo ensino constitui uma missão “propriamente espiritual” da humanidade (2000).



Não é verdade, argumenta o autor, “que todo conhecimento possa, potencialmente, ser convertido em ciência”. E não é por uma simples questão de grau, que distinguiria entre conhecimentos de primeira e de segunda categoria. “A mais simples reflexão sobre a vida da consciência poderia ilustrar sobre quão pouco se pode captar, com a rede conceitual científica, conhecimentos que não são, em absoluto, meros palpites desconchavados, meras impressões desconexas.” Cita Marcel Proust, cuja obra “constitui um enorme esforço para expressar conhecimentos necessários e concludentes sobre homens e relações sociais”, objetiva a seu modo, ainda que livre das amarras que a ilusão do rigor e do método representam, para a ciência objetiva como tal tanto quanto para os demais saberes humanos. “A medida de tal objetividade não é a comprovação de teses já firmadas através de repetidas provas, mas a experiência humana individual mantida por esperança e desilusão.”

No valor cognitivo que atribui à experiência, Adorno faz lembrar um colega seu do Instituto de Sociologia de Frankfurt, Walter Benjamin, quando este, em “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, expressa a opinião de que a narrativa está desaparecendo. A arte de narrar – tão próxima, seria possível acrescentar, ainda que com a pressa que o espaço permitido exige, do ensaio como descrito por Adorno e do pensamento da compreensão – ameaça extinguir-se em decorrência da desvalorização das ações da experiência. As pessoas, interpreta Benjamin, sentem-se privadas de uma capacidade julgada universal e inerente ao homem: a de intercambiar experiências, de contar histórias, de narrar (1994, p. 197-198).

Procedendo, “por assim dizer, metodologicamente sem método”, sujeito, como todo esforço humano de conhecimento, a erro, “o ensaio se torna verdadeiro em seu avanço, que o empurra para além de si mesmo, e não na obsessão por ‘fundamentos’”. Ele desafia “suavemente o ideal da percepção clara e distinta e também o da certeza livre de dúvida”. Interroga e põe em dúvida, um a um, os passos do método cartesiano, “pensa aos solavancos e aos pedaços, assim como a realidade é descontínua; encontra a sua unidade através de rupturas e não à medida que as escamoteia”.

Adorno cita Benke, em *Über den Essay und seine Prosa*, num texto em que esse autor, distinguindo o ensaio do tratado, diz que o ensaísta compõe experimentando. Ele vira e revira seu objeto. Questiona-o, apalpa, prova, reflete. Ataca-o “de diversos lados e reúne em seu olhar espiritual aquilo que ele vê e põe em palavras: tudo o que o objeto permite ver sob as condições criadas durante o escrever”.

Mais afeto ao signo da compreensão, que se está propondo, que ao que chamamos de signo da explicação, o ensaio “não tem fecho”. Perseguindo a sua verdade, renuncia à idéia de Verdade como “algo ‘pronto’”. Liberta-se da “coerção da identidade” e ensina que “a desgraça paira sobre a experiência espiritual quanto mais esforçadamente ela se solidifica em teoria e assim se estrutura, como se tivesse nas mãos a pedra filosofal”. Audaz, repele “aqueles que acreditam ter de defender o espírito contra toda inconsistência e falta de solidez”, uma vez que não passam de inimigos desse mesmo espírito. Porque “o próprio espírito, uma vez emancipado, é móvel”.

O ensaio não nega um parentesco com a retórica, “que a mentalidade científica, desde Descartes e Bacon, quis expulsar”. Para Adorno, “as satisfações que a retórica quer proporcionar ao ouvinte são sublimadas no ensaio na ideia da felicidade de uma liberdade frente ao objeto”. Está em condições, nesse sentido, de “dar à linguagem falada algo que ela perdeu sob o domínio da lógica discursiva”. O ensaio não se apraz em negar a lógica. Não é alógico. Obedece a “critérios lógicos na medida em que o conjunto de suas frases tem de compor-se coerentemente”. Só que a lógica de que aqui se fala é diferente da lógica discursiva tradicional. Possui dinamismo. É silenciosamente dócil na tradução dos pensamentos do ensaísta.

Atual, a atualidade do ensaio é a do “anacrônico”. “A hora atual é-lhe mais desfavorável do que nunca”, encontrando-se “esmagado entre uma ciência organizada, na qual todos se arrogam o direito de controlar a tudo e a todos, ciência que exclui”, e “uma filosofia que se contenta com o vazio e abstrato resto do que não tiver ainda sido ocupado pelo empreendimento científico”. Seu estatuto é o da heresia. “Na infração à ortodoxia do pensamento torna-se visível na coisa aquilo que, por sua secreta finalidade objetiva, a ortodoxia busca manter invisível.”

#### **4. Da desqualificação do ensaio, ou nem tanto quanto se imagina**

O ensaio como modo de apresentação do pensamento, ou “a questão do ensaio como forma”, é, como se apontou, objeto das preocupações de Gomes (2003). O autor vê na (re)valorização “recente” do que mais propriamente poderia ser denominado ensaísmo – ao lado das ideias de “crise de paradigmas” e do “jargão do fim das disciplinas científicas” –, uma expressão atual dos efeitos danosos da ação de “epistemólogos”, entre aspas, para a “comunidade de pesquisadores” do campo da



Comunicação, ação esta que, típica de “ambientes intelectuais menos rigorosos” (idem:313), acaba por “retardar a consolidação da área” (IDEM, p. 315).

A desqualificação do pensamento ensaístico se faz num conjunto de asserções que, num primeiro momento, não deixam margem a qualquer dúvida quanto à postura intelectual do autor: é contra o ensaio como ele se dá a conhecer no território dessas “veleidades epistemológicas”. Seus cultores e apreciadores compõem o quadro de pessoas cujas exigências argumentativas são “baixas”. Trata-se de “setores intelectuais médios” (IDEM, p. 316), “indivíduos desconfiados da racionalidade e da ciência modernas, normalmente sem grande cultura epistemológica” (IDEM, p. 316), gente que “não gosta de ciência”, sisuda, acostumada a empregar “misticamente formas científicas herméticas” (IDEM, p. 317), que leu Thomas Kuhn e não o entendeu, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962 (IDEM, p. 317-320), além de outros lapsos de um genuíno desprezo.

Há algo de “curioso” no texto de que se está aqui tratando, que, *mutatis mutandis*, talvez permitisse parafrasear o seu título para “O estranho caso de certos discursos que visitam a área do ensaio”, ou algo assim. Gomes, em primeiro lugar, e curiosamente – para voltar a usar o termo que ele mesmo utiliza em seu trabalho – revela-se um mestre na utilização do ensaio para se opor ao ensaio (ou, como se verá mais adiante, a “certo tipo de ensaio”). Bem na linha do que sugere Adorno, a leitura atenta do texto deixa claro que, a rigor, não há nele “nenhuma das garantias tradicionais do procedimento científico, como a demonstração argumentativa, ou a comprovação empírica”, essas exigências que o autor vê como inegociáveis do pensamento científico “sério” – e isso sem demérito algum para a seriedade e a qualidade desse mesmo texto, que, citado e recitado, tão bem mostra o vigor do ensaio, essa conversa que, sem começo nem fim verdadeiros, contribui para o debate e o diálogo sobre temas ou objetos específicos, o combate à arrogância e ao autoritarismo.

De outra forma, que não a do ensaio, ficaria difícil justificar o largo uso de adjetivos e a manifestação expressa da subjetividade do autor, as delimitações e os reparos que em vários trechos faz à sua própria posição teórica, em expressões como “pode ser que pessoas mais atentas notem algum furor revolucionário varrendo convicções anteriores”, na crítica que faz à ideia de uma crise de paradigmas. Ele não vê: “Eu consigo ver um tempo de ciência normal, normal até demais, com costumes preguiçosos e arraigados” etc. (GOMES, 2003, p. 319). Ou essa outra, que “de tanto produzir ensaios afirmando que há uma crise ou ensaios comentando os ensaiadores que

afirmaram a crise, passamos a construir uma delas” (IDEM, p. 320), que tende a legitimar pelo uso da linguagem a ideia de que, frente à chatice dos textos científicos e às dificuldades que podem apresentar ao entendimento, é preciso “um texto desconcentrado, descompromissado, paradoxal e interessante ou belo e doce, a quase-poesia do ensaio” (IDEM, p. 324).

Uma observação a mais sobre o caráter “curioso” do texto: Gomes busca apoio num outro ensaio, assinado por Peter Burke, para criticar a ligeireza da escrita do ensaio e seu caráter “possivelmente” superficial, e, segundo Burke, “uma expressão de opinião que não se baseia em pensamento rigoroso nem pesquisa intensiva”, tal qual uma “coluna de jornal, sem muita esperança de ser lembrado uma semana mais tarde” (apud GOMES, 2003, p. 322).

Justiça, no entanto, seja feita mais uma vez, e agora em maior extensão, a Gomes, quando ele pretende, não assinar a certidão de óbito do ensaio, mas convocar a uma discussão sobre o tipo específico de ensaio que está intencionado em descrever. “Um certo tipo de ensaio”, mais uma vez. Não parece ter muita coisa contra o ensaio como “forma alternativa” de expressão do pensamento científico, “empregada em certas circunstâncias”, e, sim, como pensa ser o caso no contexto que é objeto de sua crítica, onde teria se transformado em forma ideal, única, ou “dominante empregada em todas as circunstâncias” (IDEM, p. 322), num claro repúdio desses encantadores de serpentes, marketeiros e publicitários mais que epistemólogos, aos rituais científicos consagrados, pensa Gomes.

Mais justiça, ainda, seja feita, desta vez ao ensaio, que, nos interstícios da crítica tecida pelo autor contra isso que poderia ser classificado como rompante ensaístico, recebe dele os mais elevados elogios. A começar pelo reconhecimento de suas origens históricas, desde o final do século XIV, com Montaigne, dele tendo se utilizado à vontade autores, em nada tidos como sem importância, ou de “baixas exigências argumentativas”, como Stuart Mill, William James, Sigmund Freud e outros, a despeito do fato de que nem tudo que se chama a si mesmo de ensaio possa ser considerado como tal.

A lembrança de grandes ensaístas esconde, no texto de Gomes, mais um dado “curioso”: o de que o pensamento científico dominante, tão ciente, cuidadoso e vez ou outra raivoso na proposição e defesa do rigor e do método, não consegue resistir aos encantos de buscar o tempo todo referências preciosas em autores célebres, grandes ensaístas. “É evidente que não considero o ensaio como um mal em si”, arremata

Gomes, no elogio ao ensaio: “Ao contrário, o ensaio é um excelente gênero de escrita em que pode se aliar a destreza do conceito e a facilidade da escrita”. Mais: “A história nos deu maravilhosos ensaios” (GOMES, 2003, p. 322).

Maior generosidade intelectual e encanto frente ao ensaio nem precisa, me parece, existir.

### **5. Da epistemologia da ciência e da felicidade, ou da “saúde de espírito”**

Retomemos o ponto, já mais de uma vez indicado, da dificuldade de se separar uma certa crítica à liberdade no uso e desempenho das linguagens em que a ciência pode se manifestar da proposição do espírito científico do rigor e do método, da verdade, da razão e da certeza, com forte viés de “pensamento único”.

“A epistemologia, como todo mundo sabe, é uma parte da teoria do conhecimento”, argumenta Gomes logo nas primeiras linhas de seu ensaio sobre, entre outros, o ensaio (como linguagem única). Ela “se dedica às questões relacionadas à natureza, aos fundamentos, aos limites e às condições de validade do conhecimento científico” (GOMES, 2003, p. 313).

É verdade e não é. Não é, por exemplo, nessa concepção de epistemologia – e de ciência a ela associada – que se apoia Adorno ao propor o ensaio como forma. A epistemologia, tal como se entende o significado do termo nos dias de hoje, “possui duas acepções diferentes, de que nem sempre os estudiosos se dão conta”, explica Martino (2008, p. 14). Ainda que esse autor, em acentuada medida parceiro das preocupações de Gomes aqui manifestas, opte por um desses sentidos, não se omite frente à tarefa de reconhecer que “uma primeira acepção entende a epistemologia como estudo do conhecimento, de qualquer tipo de conhecimento”, enquanto “a outra maneira de entender epistemologia é vê-la como um pensamento que pensa o pensamento científico”, sendo a primeira típica do mundo anglo-saxônico, e a segunda, do “mundo latino” (MARTINO, 2008, p. 14).

Martino deixa evidentes, em outros trechos deste e de outro texto seu, também citado nas referências a este ensaio (2008a), as difíceis e em nada muito bem explicitadas relações entre epistemologia (em um e outro sentidos), filosofia da ciência e gnosiologia, o que, *de per se*, poderia levar a se ter em alta conta a idéia de, como alerta Gomes (2003, p. 315) lembrando um provérbio italiano, não se cometer a injustiça de “reunir toda a erva em um único feixe”. Igualmente, poderia ser visto como



um convite ao exercício do diálogo e da compreensão, antes que à afirmação contundente, ou excludente, de um ponto de vista ou de um único ângulo de análise.

A proposta, apelo ou aposta em um pensamento de matriz compreensiva, agora para fechar sem fechar, como cabe ao ensaio na descrição de Adorno, pode, sim, me parece, conservar a perspectiva de maior liberdade, imaginação e criatividade, tanto no terreno movediço, e não certo e seguro, das concepções de ciência e de epistemologia, quanto na ousadia de romper com a chatice, a confusão entre rigor e desencanto, entre “despropósito” e dogmatismo na expressão do pensamento científico.

Talvez seja este um modo de romper como a “herança de guerra” que Restrepo (2001) vê grassar no âmbito da ciência como esta ordinária e hegemonicamente se entende e se pratica. Talvez, assim, se possa tomar como objeto de debate a proposição de Adorno quando ele afirma que a liberdade permitida pelo ensaio, superados até onde possível os fetiches e as ilusões de uma ciência abstrata e distante do mundo, recuperar a amizade para com a felicidade, num tributo, assim, à queixa silenciosa do ensaio de que a verdade teria atraído a felicidade. Talvez, por fim, se possa dar ouvidos, nesse esforço compreensivo, a Epicuro (2002), que era incapaz de dissociar o conhecimento e os sujeitos que com ele se ocupam de uma ética fundada nas idéias de *philia*, felicidade e “saúde do espírito”.

Num tempo tão fascinante quanto possivelmente confuso como este nosso, de tantas redes e de não tão numerosos nexos, em que, como diz o provérbio alemão, “Vor lauter Bäume sieht man den Wald nicht mehr” (De tanta árvore já não se consegue mais ver o bosque), o convite a derrubar cercas e abrir o bosque a outras possibilidades de “visita” – na área de Comunicação como em outras –, mais que “a estranheza de certos casos”, pode revelar a consciência de que o humano ser mais avança da abertura de sendas, janelas e portas, que no enfincamento de moirões e na pregação de arame para evitar entradas e saídas indesejadas pela ortodoxia.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: COHN, Gabriel. **Theodor Adorno**. São Paulo: Ática, 1986, p. 167-187.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

EPICURO. **Carta sobre a felicidade**: a Meneceu. São Paulo: Editora Unesp, 2002.



GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 314-329.

KÜNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da comunicação. In: KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de. **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008, p. 173-195.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. In: KÜNSCH, Dimas A. e MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2010, p. 13-47.

KÜNSCH, Dimas A. Do conceito de um Deus perfeito e único a teorias que não dialogam. Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação durante o XIX Encontro da Compós, no Rio de Janeiro, RJ, de 8 a 11 de junho de 2010a.

MACHADO, Irene. Controvérsias sobre a cientificidade da linguagem. Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação durante o XVII Encontro da Compós, em São Paulo, SP, de 3 a 6 de junho de 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução a uma sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MARTINO, Luiz C. O campo da comunicação e suas teorias. In: KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de. **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008, p. 13-33.

MARTINO, Luiz C. O saber epistemológico sobre a comunicação. In: KÜNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de. **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008a, p. 69-92.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2a. edição. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

RESTREPO, Luiz Carlos. **O direito à ternura**. 3ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.